



DOSSIÊ VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E MÍDIAS

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Por Prof^a. Dr^a. Claudiene Santos (UFU)¹, Prof. Dr. Javier Rodríguez Mir (UAM)² e Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda González (UNER)³

1. Dr.^a Petronilha, o dossiê “Violências e resistências em saúde, educação e mídia” apresenta um tema amplo que visa difundir o que tem sido trabalhado nessas linhas, contextos e cenários. Observamos, a partir dos seus textos, conferências, palestras e atuação - na universidade, em instâncias do governo federal brasileiro, que a sua trajetória tem grandes e importantes contributos, tanto para a construção de normativas antirracistas, quanto para a produção do que consideramos ser o pensamento negro no Brasil. A senhora pode nos apontar os elementos que entende como fundamentais para a formulação de estratégias de resistência às violências produzidas aos corpos de negros e negras, de povos

¹ Doutora em Psicologia (FFCLRP/USP). Mestra em Psicologia (FFCLRP/USP) com Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas (UFU). Professora Associada III da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, no Curso de Pedagogia. Atua no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe/UFS na Linha de Pesquisa Cinema e Narrativas do Contemporâneo. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC). E-mail: Claudiene.santos@ufu.br

² Doctor en Antropología Social por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM) y profesor en el Departamento de Antropología Social y Pensamiento Filosófico Español (UAM). Sus líneas de investigación se desarrollan en las áreas de la antropología médica, las políticas públicas y los derechos humanos. Como etnógrafo ha realizado trabajos de campo con indígenas wichí de Argentina, con las comunidades del norte de Sierra Leona y últimamente con las comunidades quilombolas del nordeste de Brasil. En relación con la etnografía urbana ha participado en trabajos de campo en Madrid, especialmente en el ámbito de la migración. Es autor de libros y de numerosos artículos publicados en revistas académicas especializadas de antropología social y medicina. E-mail: javier.rodriguez@uam.es

³ Doctora en Psicología (UAM; España), profesora titular y coordinadora de la Diplomatura en Salud mental perinatal con enfoque de género y derechos humanos de la Facultad de Ciencias de la Salud, Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina. Sus intereses de investigación se centran en la intersección entre el género, la salud y los derechos humanos, así como en los procesos de enseñanza y aprendizaje mediados por tecnologías en la universidad. E-mail: Maria.gonzalez@uner.edu.ar

originários, pessoas empobrecidas no campo da saúde, da educação e da mídia, tendo em vista a perspectiva interseccional de raça, classe, etnia?

Dr.^a Petronilha: Creio que o que é fundamental é a gente aprender desde sempre, que existem distintas maneiras de ser pessoa, distintas maneiras de se construir humano, de se construir humana. E que não existe nenhuma que seria a mais humana, a mais bonita, a mais forte, a mais sábia ou a mais... o que se queira colocar como qualidade. Nem sempre, acho que ainda falta bastante, pelo menos em alguns meios, é preciso a gente entender que é próprio do ser humano não ser todo mundo uma cópia uns dos outros. Mas, cada ser humano é um. Cada ser humano é único, é única e a forma como vai se constituindo, se construindo, se fazendo pessoa, depende do convívio que vai tendo, desde bebê, desde criança, com pessoas mais velhas, com as pessoas mais jovens, da mesma faixa etária e de distintos pertencimentos étnico- raciais. Porque o Brasil é um país diverso, do ponto de vista étnico racial e isso, é claro, não tem a ver unicamente com o fenótipo das pessoas, da cor da pele ou da estrutura dos cabelos. Não tem que ver unicamente, mas tem que ver também, e de forma importante, com a visão do que as pessoas têm do que é ser pessoa, com a visão que as pessoas têm do que é relacionar-se com as outras pessoas do seu grupo social, do seu grupo étnico racial, do seu grupo, homem, mulher, gay, enfim dos distintos grupos que cada uma de nós, pessoas, pertence, e a partir dos quais a gente vai se construindo pessoa, uma pessoa que tem que colaborar para a construção da sociedade. E tem que colaborar, considerando que nós somos todos distintos, diferentes e nisto está a riqueza da sociedade, está na diversidade. E esta diversidade exige de nós a capacidade de diálogo, de reconhecimento das diferenças, de cada um de nós, nas suas diferenças. E a partir daí, no esforço de nos compreendermos nas nossas diferenças e de juntos e juntas, de todas as pessoas juntas, a partir de suas particularidades, das particularidades dos grupos sociais de que fazem parte, ser capaz de dialogar. Mas dialogar para quê? Dialogar para a construção da sociedade comum, para a construção do país que é comum, que é de todos. Quer dizer, faz parte da nossa sociedade ser diversa, o que não significa que os diversos devam ser assimilados a um grupo, a um grupo étnico racial que seria tido como superior ou mais importante.

2. Então, em função disso, da diversidade, da não incorporação um grupo como melhor ou superior a outro, gostaríamos que a senhora comentasse sobre os avanços e os desafios na implantação da Lei 10.639 de 2003, que completa 20 anos,

e, sobre os efeitos desta lei para uma educação antirracista e para as relações étnico-raciais em nosso país. E, ainda, se tomarmos a educação em sentido amplo, qual o impacto da educação antirracista nos cursos de formação, nas licenciaturas, nos cursos da área de saúde, nos cursos da área jurídica, na própria área de comunicação social e, conseqüentemente, o impacto na/da mídia?

Dr.^a Petronilha: Os avanços e desafios, acredito eu, tem a ver com o projeto de sociedade, tanto dos educadores, e quando digo educadores não estou me referindo unicamente aos professores, mas também aos pais, aos adultos com quem as crianças e adolescentes convivem, porque é no convívio diário, que se começa a incentivar a adoção de uma sociedade, da qual nós não vamos unicamente participar, mas vamos ajudar a construir. Num país diverso multiculturalmente, etnicamente, há diferentes posturas, há diferentes propostas. Diferentes não significa que sejam opostas, mas significa que precisam ser compreendidas na sua especificidade, e que a partir dessa especificidade, de cada especificidade se construa o comum. A nação resulta de compreensões, de propostas de distintos grupos sociais, étnico raciais, e se não sabem, e nós sabemos que muitos de nós não sabemos ainda, nos pôr em diálogo. E pôr-se em diálogo significa para compreender o ponto de vista de outras pessoas, o ponto de vista de outros grupos sociais, não para assimilá-los, não para necessariamente adotá-los, mas para compreendê-los tão legítimos como aqueles que nós defendemos. E aqui defender, não se trata de uma briga, mas de apresentar a compreensão ou as compreensões que cada jeito de ser e de viver traz. Então, a educação das relações étnico raciais põe em confronto estas distintas compreensões. E aqui confronto não tem a ver com oposição, no sentido de impossibilidade de diálogo, mas, ao contrário, confronto naqueles aspectos que vão mostrar “olha, nós somos distintos, entretanto, somos capazes de dialogar. Somos capazes de dialogar a partir do nosso ponto de vista, do ponto de vista do nosso grupo social, do nosso grupo étnico racial para construir o que é comum”. Esta é a dificuldade da educação das relações étnico raciais, porque com frequência ainda, felizmente não sempre, alguns grupos sociais ou étnico raciais se julgam superiores, como se a humanidade fosse dividida entre seres humanos superiores, outros menos, não tão superiores, outros que talvez fossem até classificados como inferiores. A educação das relações étnico-raciais valoriza, muito mais do que isso, pretende, tem a pretensão de ensinar a valorizar as distintas maneiras de ser uma pessoa. E as distintas maneiras de ser uma pessoa vêm enraizadas nas origens étnico-raciais indígenas, que são diversas, afrodescendentes, raízes africanas, as asiáticas, com raízes dos povos

asiáticos, as europeias com raízes dos povos europeus, mas nenhuma delas é superior à outra. Ela é distinta, ela é diferente, ela tem compreensões das relações entre as pessoas. E nenhuma delas é mais valiosa ou mais importante. Isso é um ponto fundamental na educação das relações étnico-raciais, porque, com frequência, nós somos educados a acreditar que haja grupo ou grupos sociais ou étnico-raciais que seriam superiores, superiores por quê? Só Deus sabe porquê. Porque o seu grupo se valoriza. Porque o fato de eu valorizar as minhas raízes africanas, não significa que eu tenho que desprezar as outras raízes. Não. A valorização das minhas raízes africanas me dá referência para eu compreender distintas raízes, sejam elas indígenas, sejam elas europeias, sejam elas asiáticas. E esse é o nosso grande desafio na educação das relações étnico-raciais, que tem a ver muito mais do que, vamos dizer assim, um encontro de diferentes compreensões da vida, de diferentes projetos de nação. Mas, melhor dizendo, este encontro tem que resultar num diálogo que necessariamente resultará no que é comum, no que é comum a todos os brasileiros. É um projeto em que todos se sintam parte e contribuintes.

Claro, nós pessoas somos todas muito distintas, a gente vê isso nas famílias, não somos cópias exatas um dos outros, embora partamos de referências que são comuns. Referências do quê? Referências do que é a vida, referências do que é a vizinhança, referências da convivência com os parentes, com os vizinhos, com os amigos, com os colegas. E essa convivência é fundamental para a construção da nação. É nela que a construção da nação vai se realizando. Ainda é frequente em alguns meios sociais, entre alguns grupos, a pretensão de que haveria alguns grupos sociais, alguns grupos étnico-raciais que seriam superiores. Superior isso eu não sei bem em relação a quê, qual o critério para julgar um grupo social, um grupo étnico-racial superior a outros grupos? A língua de fala? O modo de ser e viver? A sua história? O projeto de nação que seu comportamento traz e que o seu convívio com os outros grupos cultiva? Eu penso que é fundamental a gente, por meio da educação das relações étnico-raciais, acabar com a ideia, que algumas pessoas ainda têm, de que haveria grupos superiores e grupos inferiores. Mas o que há, na verdade, são grupos distintos, ou melhor, são maneiras distintas de se construir pessoa. Maneiras distintas de se construir pessoa a partir de distintas raízes que são étnico-raciais, indígenas, por exemplo, de raiz africana, de raiz europeia, de raiz asiática, que são distintas, mas que podem ser postas em diálogo. Tanto podem ser postas em diálogo que a nação vem se construindo. Nem sempre em diálogo, há algumas pessoas que pensam que o jeito de ser e viver do seu grupo social,

do seu grupo étnico-racial, é superior ao dos outros. Não. Ele simplesmente é diferente. E a educação das relações étnico-raciais tem que nos desafiar permanentemente, professores, estudantes, a nos pôr em diálogo. Ser diferente não significa ser superior ou ser inferior. Ser diferente significa ter uma compreensão distinta do que seja a vida, do que sejam as relações entre as pessoas, do que seja a nação. Então, a educação das relações entre raciais exige de nós, disposição para compreender os distintos, disposição para propor a partir das suas raízes, que são históricas, que são sociais, que são étnico-raciais, de propor um projeto de nação, ou melhor dizendo, de negociar o projeto de nação, que é o projeto comum.

3. Diante da importância dos modos se tornar humano e do epistemicídio e violências perpetradas contra pessoas negras e povos originários, o que ainda falta e quais caminhos são possíveis em curto, médio e longo prazo, para que possamos avançar ainda mais na efetivação de uma educação antirracista?

Dr.^a Petronilha: Bom, esse é um processo de permanente compreensão, permanente compreensão que os distintos grupos têm que ter uns dos outros. Um problema nosso ainda na educação é que, com frequência, a gente trabalha ainda com a distorção imposta pelos colonizadores, quando eles chegaram e se impuseram como se fossem os mais humanos dos humanos, como se a sua cultura, o seu modo de viver, o seu modo de conviver fosse o mais perfeito. E que tudo que não se encaixasse nesse modo, teria que ser, se não destruído, parcialmente assimilado. E, no meu entender, o ponto central da educação das relações étnico-raciais é justamente esse. Somos todos igualmente valiosos. Entretanto, somos todos muito diferentes. Temos maneiras muito distintas de compreender a vida, assim como temos, felizmente, muitas compreensões que se assemelham e se aproximam, porque senão a gente não poderia nunca dialogar. Então, a educação das relações étnico-raciais é isso, é a igual valorização, a igual valorização de modos de compreender a vida, de modos de se organizar na sociedade, de modos de propor a convivência. Vejam bem, eu estou dizendo modos. Então, eu tenho que conhecer o modo de ser, de viver, de me organizar na sociedade, que eu aprendi na família, na vizinhança, na escola, porque a escola já põe em convívio os diferentes grupos. E essa convivência existe, embora com muita frequência ainda, as escolas queiram impor um modo que seria único para todos. Em alguns casos, a escola teria quase que um papel de uniformização do jeito de pensar, do projeto de sociedade, do

projeto de nação, quando, na realidade, o papel da escola é de pôr em diálogo, pôr em contato essas diferentes compreensões e de nos ajudar a construir o que é o comum.

4. Por favor, comente os três dos eixos da lei 10639/03: consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e de direitos e as ações educativas de combate ao racismo e a discriminação. Quais os desafios para abordar a consciência política e histórica da diversidade?

Dr.^a Petronilha: Eu até diria que as pessoas têm clareza de que somos distintos, e que os grupos étnico-raciais e sociais vêm ao longo da história contribuindo para a construção da nação, de modo distinto, em alguns momentos, felizmente, conseguindo conviver, dialogar, nem sempre tanto quanto seria preciso. No entanto... Aliás, eu até nem sei se é no entanto, mas enfim... o país quando se forma, tal como nós temos hoje, quando os portugueses vêm, invadem as terras indígenas e começam a propor um modelo de sociedade, um projeto de nação, próprio, impositivo, quer dizer, eles vem com a intenção de tomar as terras, de tomar as riquezas dessa terra, de tomar posse da sabedoria do grupo que ali estava presente... dos grupos, pois não era um grupo só, dos grupos presentes e dos projetos que eles tinham para uma sociedade. Uma dificuldade, acredito eu, do colonizador é se julgar um, vamos assim dizer, o mais perfeito dos humanos. E de querer impor o seu projeto de humanidade, o seu projeto de sociedade para os grupos que foram encontrando, como os povos indígenas, os distintos povos indígenas, como os povos que eles escravizaram e trouxeram à força para o Brasil. A nossa história começa de uma forma... com muita violência. A história do país é uma história que se inicia com a violência, dos europeus julgando-se superiores e querendo impor o seu jeito de viver, de pensar, de construir uma nação, submetendo outros povos. Quer dizer, a nação nasce do desrespeito entre os povos, com a diminuição... Não é a diminuição, é o desrespeito sim, considerar inferior tudo aquilo que não correspondia ao jeito de ser, de pensar, de viver português. Quer dizer, a dificuldade que tiveram, que tinham os colonizadores em compreender que há diferentes maneiras de ser pessoa, que há diferentes maneiras de projetar uma nação, e que essas diferentes maneiras precisam estar em diálogo quando há pessoas tão diversas e distintos projetos, em questão.

5. Nosso país comemora um pouco mais de 500 anos, via de regra, desconsiderando tudo o que havia antes, o que felizmente, vem se modificando para possibilitar o reconhecimento da diversidade, consciência histórica da diversidade e, conseqüentemente, o fortalecimento de identidades e de direitos, que é um dos

eixos dessa lei (10639/03). E a mídia, a educação, a ciência, a saúde tem, historicamente, fortalecido a visão de identidades negativas das populações que são chamadas de minoritárias, como sujeitos de direitos. Como acessar outras informações sobre essas identidades? Como uma educação antirracista pode combater o racismo e essas imagens negativas?

Dr.^a Petronilha: Bom, a gente tem que começar pensando que são muitos séculos de um projeto de nação. Mas, tem que se pensar também, quando se conversa, desde os pequeninhos, que país nós estamos construindo? Em que país nós gostaríamos de viver? Em que país nós gostaríamos que nossos filhos, nossos netos, vivessem? Que contribuição este país, que nós estamos construindo, vai trazer para os demais, vai trazer para a humanidade. É isso que eu penso que seria importante, que desde sempre se pudesse, com a linguagem apropriada, é claro, a cada... a faixa etária, aos grupos sociais. É importante valorizar e reconhecer que há diferentes maneiras de ser pessoa, que há diferentes maneiras de ser humano, e que essas diferentes maneiras têm que estar em diferentes diálogos, quando estão presentes numa nação que é diversa. Quer dizer, a educação das relações raciais é educar, ou pelo menos, melhor dizendo, visa educar para que os diferentes pertencimentos étnico-raciais e distintos projetos, inclusive, de sociedade, se ponham em diálogo para construir o que será comum, sem que ninguém deixe de ser o que é. Nada daquele modelo que assimila, que assimilaria alguns grupos a um, que seria superior. A um grupo social, histórico, étnico-racial, que por alguma razão se julgaria superior aos demais. Esse é um esforço importante na educação das relações étnico-raciais. Todos os povos são igualmente valiosos para a construção da nação brasileira. Cada povo traz uma compreensão da vida, uma compreensão da sociedade, da construção da história, e juntos constroem novos. Me parece que ainda falta um bom... Não só um bom esforço e uma boa compreensão para a gente avançar nesse sentido. Existem grupos sociais, sobretudo aqueles grupos sociais que sempre se mantiveram na gestão, vamos dizer assim, da sociedade, na imposição da sua compreensão do que deveria ser a sociedade, a nação, tentando assimilar os demais, fossem os pobres, fossem os negros, os indígenas, os migrantes, que se deixassem assimilar aos propósitos apresentados pelos invasores, pelos portugueses e pelos que se seguem. Isso é que é difícil. É importante também que as diferentes histórias sejam conhecidas e respeitadas, o que não é muito fácil, não é? Não é muito fácil reconhecer, poxa, mas os... Então, os teus avós, eles invadiram povos indígenas, eles mataram... povos indígenas, eles escravizaram pessoas africanas. O parecer 3/2004 do Conselho

Nacional de Educação, que trata da educação das relações étnico-raciais, tem uma passagem em que está escrito, não é fácil ser descendente de pessoas que foram escravizadas, mas não é nada fácil ser descendente dos escravizadores. E está lá escrito. Os descendentes dos escravizadores, evidentemente, que não têm que assumir culpa do que fizeram seus antepassados. Entretanto, têm a responsabilidade de corrigir o que fizeram seus antepassados.

6. Profa. Petronilha, em sua perspectiva, como é possível fortalecer o compromisso da educação e das ciências para reverter o eurocentrismo e o racismo ocasionado por esses campos ao promover a “supremacia da branquitude”? Que ações educativas são possíveis, em todos os campos, para além da educação?

Dr.^a Petronilha: Evidentemente que a educação das relações étnico-raciais se inicia nas famílias, na comunidade, na vizinhança, no convívio com os diferentes grupos étnico-raciais, pelo menos na minha experiência. Eu vivi num bairro em que nós éramos descendentes de diferentes grupos sociais. Enfim, éramos afrodescendentes, havia descendentes europeus, havia judeus, então, na mesma quadra de crianças que brincávamos, nós brincávamos com crianças que tinham diferentes pertencimentos. A gente sabia dos pertencimentos uns dos outros, claro, porque não era segredo, não havia razão de não saber. E trazíamos cada uma, brincadeiras que eram do seu grupo étnico racial e que na hora de brincar, a calçada se tornava brincadeira de todo o grupo. Então, nem sempre talvez as pessoas tenham tido uma chance de convivência da mesma natureza, ou, embora a gente espere que na escola, e sem dúvida alguma escola pública, é um lugar em que isso acontece, e diferentes pertencimentos sociais e étnico-raciais se encontram. E parece que são cada vez mais valorizados na sua especificidade. Sobretudo entre as crianças pequenas, nos anos iniciais, na escola pública, porque estamos, em princípio, todos representados nessa escola, os diferentes pertencimentos sociais e étnico-raciais, então, que sejam igualmente valorizados, sejam com data, sejam com valorização de jeitos de conviver, as festas próprias de um grupo, de outro grupo. Sabemos que não é tão simples... ainda as escolas, seus professores, não todos, nem todas as escolas, mas com muita frequência, se valoriza ainda, sobretudo o que seria o jeito de ser, de viver, de conviver, ou a história que viria dos europeus. Ainda temos muito que aprender, a valorizar o ser diferente, buscar compreender distintas maneiras de pensar, de se organizar, de brincar, de jogar, de estar junto. E nessas brincadeiras, acho que seria importante que a gente insistisse no projeto de nação, insistisse com as

crianças, que a gente está construindo uma nação. Como é que nós queremos que seja essa nação? O que a gente quer que essa nação traga de bom para todas as pessoas que nela convivem? Acredito que isso seja importante, de continuar sendo valorizado, de continuar sendo discutido pelos professores ou pelo menos apontado pelos professores com seus alunos. Acho que cada vez mais está presente, mas também a gente sabe que em muitos casos, está ausente, que os professores omitem. Não sei se se discute muito, seja na formação de professores, nos cursos de professores, nas discussões pedagógicas, nas escolas, “para que projeto de nação o meu ensino está formando meus alunos?” “O meu ensino está formando meus alunos para que projeto de nação?” “É um projeto de nação que inclui a todos? É um projeto de nação que valoriza alguns, e desvaloriza outros?” Eu acho que é uma discussão importante desde os pequenos, não é? É importante que todos se sintam parte. Muitas vezes os pais entendem que fazer parte é deixar-se assimilar para um projeto que seria tido como superior. De onde vem essa ideia dos pais, se essa ideia não for adotada pela escola? Se o projeto de nação que a escola valoriza, divulga a diversidade e a valoriza, mostra a riqueza que é sermos distintos e trazermos distintas contribuições dos nossos povos.

7. A senhora gostaria de acrescentar algo que não tenha sido abordado, para deixar registrado nesse dossiê?

Dra. Petronilha: Eu só gostaria de insistir que seria importante que os professores conhecessem as diretrizes curriculares. Pelo menos as pessoas que têm tido chance de avaliar as diretrizes têm dito, ou pelo menos as pessoas que me fazem conhecer, porque as outras não chegam aos meus ouvidos. A valorização do jeito de ser e viver é própria. A capacidade de me admirar diante do que é distinto, do que eu não conheço, mas... Eu acho que um dos pontos essenciais da educação das relações étnico-raciais é este. Eu me admiro. Eu me surpreendo com jeitos de pensar, de construir a vida distintos daqueles que eu conheço. Mas, me surpreender não significa desvalorizar. A desvalorização, a educação das relações étnico-raciais visa que se valorizem igualmente distintas maneiras de construir a vida, de pensar a sociedade, de projetar a sociedade e de pôr em diálogo. Essa é a dificuldade que a gente tem, porque é lógico a gente, a tendência é pensar a partir de si próprio, do seu grupo social, mas a tendência não quer dizer que seja permanência, não é permanecer. Então, essa é a grande contribuição da educação das relações étnico-raciais. A partir da minha experiência no meu grupo étnico-racial, minha experiência de pertencimento ao grupo étnico-racial, eu ser capaz de

compreender outros pontos de vista, não para necessariamente adotá-los, mas para poder, com eles, dialogar. E, por incrível que pareça, mesmo com os pequenos, não é difícil fazer isso. Eles conseguem fazer muito mais facilmente do que os adultos. Não é porque, com frequência, nós adultos nos sentimos inseguros diante do que é muito diverso. E fica mais confortável... não sei se confortável, cômodo ou fácil, permanecer com o que a gente já tem.

Eu lembro que uma vez a gente discutia coisas como essa e uma pessoa, ficou muito assim chocada, não sei chocada, mas tocada, com as posturas distintas, que as pessoas iam trazendo e a pessoa se dá conta que, não era a questão... era a gente ter uma posição e encaixar tudo na nossa posição. E a pessoa se dá conta disso, fica parada, pensando um pouco, e depois, embora tocada e se dando conta de que as coisas podiam ser diferentes, diz assim “É, mas foi sempre assim e é assim que tem que ser”. Quer dizer, no meu entender, é claro, era uma postura, foi escolhida a postura. É mais cômodo. Não é? Mas, pelo menos para o momento, é mais fácil. Não quer dizer que... eu nunca mais vi a pessoa, quer dizer, eu não tenho ideia se ela permaneceu nessa posição, ou se pelo menos ela disse “olha, eu reconheço que existem outras posições...” e depois se dá conta, “não, mas eu vou permanecer na minha”... pode ser até que passasse pela cabeça, porque na minha posição eu me sinto segura. Mas pode ser que voltasse a aceitar o desafio, ou os desafios. Então, esse é um dos grandes... Eu não quero usar novamente a palavra desafio, mas das grandes possibilidades que nos traz a educação das relações étnico-raciais, da gente se esforçar pelo menos, a compreender outros pontos de vista e a pôr em diálogo distintos pontos de vista, por em diálogo para construir o que é o comum. Não é fácil, nós que temos há algum tempo trabalhado nesse sentido, sabemos que não é assim que acontece. Mas, a gente sabe que acontece, que acontece muita coisa. E que os jovens são muito, muito criativos, muito capazes. Os jovens, as crianças também são criativos e com uma capacidade muito grande de criar um diálogo com o distinto.

Muito obrigada!



Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva tem experiência em ensino, pesquisa e extensão em Educação: relações étnico-raciais; práticas sociais e processos educativos; políticas curriculares e direitos humanos. É Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos. Em 21 de março de 2011 foi admitida, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil. Em junho 2010 foi indicada como Somghoy Wanadu-Wayoo, ou seja conselheira integrante do Conselho do Amiru Shonghoy Hassimi O. Maiga, chefe do Povo Songhoy, no Mali. É Professora Titular em Ensino-Aprendizagem - Relações Étnico-Raciais, docente junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas-UFSCar, na condição de professora sênior. É pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar. Integra o International Research Group on Epistemology of African Roots and Education, coordenado pela Dr^a Joyce E. King da Georgia State University/USA. Foi conselheira do World Education Research Association (WERA) representando a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) (2009 - 2016). Foi conselheira, na condição de notório saber, do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (2015 - 2016). Foi Conselheira da Fundação Cultural Palmares, nos termos da Portaria nº 141, de 28/12/2011. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nessa condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Foi professora visitante junto a University of South Africa (1996), a Universidad Autonoma del Estado de Morelo, in Cuernavaca, México (2003), na Stanford University, USA, (em 2008 e em 2015), na Universidade de Maputo, Moçambique em 2019. De 2007 a 2011 foi coordenadora do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas da

Revista
Diver

UFSCar. Em 2011, recebeu homenagem da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), das mãos da Ministra Luiza Helena Bairros, o prêmio Educação para a Igualdade, por ser a primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação, por relevantes serviços prestados ao País e pela valiosa contribuição para a educação brasileira no combate ao racismo. Em 2001, recebeu reconhecimento da Câmara Municipal de Vereadores de São Carlos/SP, por seu compromisso em promover e desenvolver ações por uma educação de alta qualidade e pela luta por uma convivência tolerante, harmoniosa e sem preconceitos em nossa sociedade, bem como da Coordenadoria de Assuntos da População Negra da Prefeitura Municipal de São Paulo, o Prêmio Luiza Mahin, em reconhecimento por sua atuação em prol das mulheres negras.

Revista
Diversidade
e Educação